

ISSN 0104-7183

1 ANO 1  
NÚMERO 1  
1995  
REVISTA  
TEMÁTICA  
SEMESTRAL

# Horizontes Antropológicos

GÊNERO

NÚMERO ORGANIZADO  
POR CLÁUDIA FONSECA  
E MARIA NOEMI BRITO

PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

1995

Porto Alegre, RS - Brasil

UFRGS  
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas

e com variações nos ganhos - a cooperação recíproca entre os jogadores e sua conversão em equilíbrio estratégico coletivamente estável. Essa possibilidade da qual não estou pessoalmente convencido, permitiria pensar na possibilidade da constituição e do funcionamento permanente da comunidade política com um mínimo de Estado ou mesmo, teoricamente, na ausência dele.

Finalmente em 1993, Ricardo Benzaquem de Araújo, já reconhecido pelo sua arguta interpretação do integralismo brasileiro, produziu *Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos trinta*, tese de doutorado no Museu Nacional.

Enfim, ainda em 1993, a Editora Relume Dumaré publicou o livro de Luiz Eduardo Soares, *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*.

Na primeira parte do livro o autor publica textos de teoria política escritos nos últimos doze anos. No primeiro e mais longo desses textos, examina as bases da desobediência legítima à autoridade pública nas teorias de Hobbes, Locke, Rousseau, Hume, John Stuart Mill e Edmund Burke. Nos dois últimos segmentos, expõe a sua versão da estrutura fundamental do argumento contratualista moderno, tal como se encontra no *Leviatã*, de Thomas Hobbes. Há ainda, na primeira parte, uma cálida reflexão sobre "o lugar do sofrimento no pensamento político moderno", construída sobre a leitura comparativa, com grande acuidade, dos textos essenciais de Hobbes, de Rousseau, de Kant e de Bentham.

Em suma: na perspectiva de recortes temáticos específicos mas cruciais, Luiz Eduardo Soares descreve, com rigor epistemológico e sensibilidade ética, as interpretações alternativas mais relevantes do fenômeno político - o jusnaturalismo, o contratualismo, o utilitarismo, o idealismo, o historicismo, o voluntarismo institucionalista, e, em particular, a controvérsia, de que participam, acerca dos fundamentos da obrigação política, da ordem pública constitucional e do Estado.

A segunda parte do livro reúne, além de um artigo sobre as fronteiras disciplinares entre as ciências sociais e de uma análise sobre o conflito entre as religiões populares no Brasil, quatro ensaios de conjuntura nos quais o autor, recorrendo à exploração antropológica da cultura política brasileira, desvela com notável perspicuidade fenomenológica os mecanismos psicológicos fundamentais de produção e acumulação de poder postos em curso pelo governo Collor.

O breve ensaio que intitula o livro, *Os dois corpos do presidente*, evoca o construto simbólico da teologia política medieval, tema clássico da obra de Ernst Kantorowics, para elucidar, por analogia com aquele construto, o processo de cuidadosa elaboração da imagem do poder presidencial, pela máquina publicitária do governo Collor, no imaginário popular.

Do mesmo modo que Cristo, o rei medieval possuía dois corpos: um corpo físico, natural, pessoal e privado, submetido à fragilidade e à falibilidade inerentes à humanidade comum, e um corpo oral, suprapessoal e intangível que, por outro lado, personificando a esfera pública da sociedade, distinguia-se pela imortalidade e pela

infallibilidade, dele derivando a autoridade e o poder do monarca. No caso Collor, o corpo místico personificava certamente a vontade virtual da população, revela pela eleição plebiscitária que consagra o Presidente.

Há, entretanto, uma diferença fundamental que atravessa a analogia e que a excelente análise de Luiz Eduardo Soares deveria ter assinalado. Registro-a, como modesta contribuição pessoal, ao concluir a presente resenha.

A concepção cristã medieval da monarquia distinguia nitidamente os dois corpos do rei, estatuidando ao mesmo tempo a incontrastabilidade do corpo público, moral e constitucional, e a responsabilidade comum do corpo privado, prevendo mecanismos capazes de impedir que a lógica segundo a qual se movimentava o corpo privado contaminasse a decisão e a ação do corpo moral do monarca.

Na deificação, cultivada pela mídia, do voluntarismo autocrático arrogante e da onipotência da vontade do presidente *playboy*, o corpo moral e a autoridade suprapessoal da Presidência, que pairavam acima do bem e do mal, foram edificados como resultado da composição e da transfiguração dos atributos que modelavam o corpo privado daquele, envolvendo condutas que iam da psicanálise à patologia social: imaturidade, temeridade, destrutividade, no limite autodestrutividade, desrespeito à propriedade, aos direitos e à vida dos outros.

Rigorosamente, na lógica perversa da construção simbólica de poder pelo governo Collor, o corpo privado do adolescente mimado e viciado, no qual conviviam vigor atlético e raquitismo intelectual e moral, e do oligarca primitivo, que se substituiu à lei e às instituições, ocupou o lugar que deveria ter cabido à autoridade institucional e suprapessoal da Presidência. E, em seu conjunto, esse mecanismo passou a ser concebido como a modernização do Estado.

**DIEHL, Astor Antônio.** *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira, IV.* Porto Alegre, Evagraf, 1993, 202 p.

Luiz Ricardo Michaelsen Centurião  
Professor de Antropologia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em recente publicação, o historiador Astor Antonio Diehl aborda as formas como têm sido conduzidas as discussões a respeito da cultura brasileira no que se refere à constatação do surgimento de uma profunda crise de orientação ligada à *débauche* marxista e weberiana, no horizonte da modernização e da razão positiva.

Conforme Diehl, a partir de época recente teria ocorrido um "vácuo" tanto nas orientações de reconstrução do passado como nas de percepção do futuro. Não haveria, conforme o autor citado, condições teórico-metodológicas de enfoque das possibilidades reais da modernidade, e isto se constitui num dos temas centrais de seu trabalho.

No âmbito das expectativas sociais e culturais não haveria como sustentar e validar as sínteses gerais de experiências reconstruídas do passado. Este fato seria acompanhado pelo direcionamento do olhar historiográfico para as pessoas concretas e seu subjetivo horizonte de experiências. Teríamos então ao nível de ação dos historiadores, a substituição das orientações holísticas para uma fragmentação configurada no terreno da Micro-história, da Antropologia e da Pós-modernidade.

A crise das teorias historicistas, conforme o autor, teria gerado um retorno à história cultural, restringindo-se o espaço tradicional de uma história utilitária que pudesse justificar atos políticos e ideológicos enquanto situações estruturais.

No contexto específico do movimento dos *Annales*, abordado na obra em questão, faz o autor referência à busca de contatos, pela História, com outras ciências sociais e humanas, particularmente Etnografia e a Antropologia. Esta tendência teria conduzido a uma “antropologização” da História, dando-se isto tanto pela alternativa dos estudos do cotidiano como também pela poderosa influência de Michel Foucault, embora esta “antropologização” já estivesse ocorrendo anteriormente pelo contato com o estruturalismo de Lévi-Strauss, mesmo que de forma ambígua.

Considera também o autor que na “Nova História” incrustada no grupo dos *Annales*, deu-se simultaneamente com a recusa a apelar a sistemas teóricos de sustentação, uma inclinação a negar a cientificidade da História, sendo remetida esta ao campo da narrativa associada a técnicas de quantificação valorizadas por si mesmas. Tal fato ocorreria incorporado a um processo de fragmentação da História através da criação de micro-sistemas, e isto se refletiria na produção histórica brasileira.

No panorama da historiografia nacional, o estudo das mentalidades teria garantido seu lugar desde os anos 1980, embora já anteriormente alguns trabalhos como *Visão do Paraíso*, de Sergio Buarque de Holanda, já tangenciassem esta problemática. Posteriormente, surgem nomes como Carlos Guilherme Mota, Anita Novinsky, Laura de Mello e Souza e outros. Por detrás destes autores teríamos, como fonte de inspiração historiográfica, Walter Benjamin e Michel Foucault.

Quanto à aproximação da História com a Antropologia, tornar-se-ia importante considerar a concepção antropológica de relativismo que despreza, na ótica do novo historiador, qualquer idéia de monocausalismo ou sentido único. Isto ocorreria em detrimento das Histórias Políticas, Econômicas e Sociais, ou seja, as grandes sínteses.

Mas se a nova cultura historiográfica dos anos 80 no Brasil promove uma mudança na matriz do conhecimento histórico, esta mudança não pode ser desvinculada da formação específica desta área de estudos em nosso país, e daí surge a necessidade de fazer-se um balanço das diversas tendências. Nesta questão, deve-se-ia incluir a consideração da conceptualidade das categorias de Modernização e Modernidade, atualmente questionadas intensamente.

Apesar disto, temos a comprovação no Brasil, até a década de 70, de uma perspectiva otimista tanto na orientação respeito ao passado como nas perspectivas em relação ao futuro. Isto ocorre previamente à emergência de crises e revisionismos que se dão pela década de 80 quando ocorre uma queda do otimismo e uma convulsão no pensamento historicista brasileiro.

As tradições marxistas e weberiana teriam dado um atestado de fracasso frente aos problemas gerados pela modernização. A produção histórica teria se tornado indisciplina frente ao conhecimento sobre o passado. As noções de progresso e tempo linear são detectadas por sua inoperância, no cerne da crise da razão histórica moderna.

Desta forma, estamos diante de uma época de impasses, de desintegração dos valores orientadores da concepção do pensamento histórico. A utilização daquilo que constitui o pós moderno não contribui, por seu lado, para gerar expectativas otimistas, uma vez que pouco ou nada traz de novo. Diante deste quadro, o que se vê é uma tentativa, por parte de certos historiadores nacionais de resgatar uma mitológica do passado, tentando a recuperação das fontes de brasilidade.

Resignação e fraqueza são os Termos empregados pelo autor para caracterizar a atual situação. A própria aproximação da História à Antropologia, com a utilização de conceitos específicos a esta disciplina, tais como “descrição densa” e outros, são vistos por Diehl sob uma ótica pessimista, uma vez que esta aproximação revelaria uma incapacidade da cultura histórica de enquadrar-se e disciplinar-se metodologicamente por si mesma.

**SANTIN, Silvino**. *Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento*. Porto Alegre, Edições EST, 1994, 107 p.

Arlei Sander Damo  
Graduando em Educação Física  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Apresentar este trabalho numa revista vinculada à Antropologia Social pode suscitar estranhezas de, pelo menos, duas ordens. Primeiro, porque esta obra - como seu título sugere - parece direcionar-se a profissionais e estudantes de Educação Física (EFI) e, portanto, este não seria o veículo apropriado para tal, tão pouco seu público desejado. Segundo, porque à EFI, associam-se problematizações relacionadas exclusivamente ao “fazer em si” - técnicas, táticas...- desvinculadas de qualquer reflexão ontológica. Familiarizar-se com estas estranhezas é apreender a intencionalidade desta obra e do pensar de seu autor.

A EFI, mais propriamente a brasileira, caracterizou-se, ao longo de sua história, como uma disciplina exclusivamente prática sem qualquer pretensão de constituir um